

**O PALÁCIO RIO MAIOR, EM LISBOA:
AS DUAS «CASAS DA ANUNCIADA»
THE RIO MAIOR PALACE IN LISBON:
THE TWO «HOUSES OF ANUNCIADA»**

ISABEL MAYER GODINHO MENDONÇA
Investigadora independente
isabelmendonca@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0799-7766>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2024
Texto aprovado em / Text approved on: 04/02/2025

Resumo

Partindo da riquíssima documentação do arquivo dos marqueses de Rio Maior, depositada na Torre do Tombo, analisamos os dois edifícios que compõem o palácio da rua das Portas de Santo Antão, em Lisboa, conhecidos como as «casas grandes» e as «casas pequenas» da Anunciada, recentemente transformados em hotel de luxo. Identificamos os arquitetos que estiveram por trás das duas obras e os vários artistas e artífices que ali trabalharam até ao final do século XIX.

Diferentes circunstâncias levaram à construção dos dois edifícios por arquitetos de nacionalidades e formações diferentes. Em 1761, um desconhecido arquiteto italiano, referido como «Romanino», foi responsável pelo projeto das «casas pequenas». Em 1771, o arquiteto de Obras Públicas, Reinaldo Manuel dos Santos, riscou as «casas grandes». Uma curiosa contraposição entre um edifício erudito de matriz italiana, pensado como prédio de rendimento, e uma construção funcional, de génese pombalina, destinada a residência nobre da família Rio Maior.

Palavras-chave

Casa Rio Maior; Reinaldo Manuel dos Santos; Romanino; João Grossi; arquitetura pombalina.

Abstract

Based on the rich documentation in the archives of the Marquises of Rio Maior, deposited in Torre do Tombo, we analyse the two buildings that make up the palace on Rua das Portas de Santo Antão in Lisbon, known as the «big houses» and the «small houses» of Anunciada, recently transformed into a luxury hotel. We identify the architects and the various artists and craftsmen who worked on them until the end of the 19th century.

Different circumstances led to the construction of the two buildings by architects of different nationalities and backgrounds. In 1761, an unknown Italian architect, referred to as Romanino, was responsible for designing the «small houses». In 1771, the Public Works architect, Reinaldo Manuel dos Santos, drew up the «big houses». A curious contrast between an Italianate classical building, designed as an income-producing building, and a functional construction, of Pombaline origin, destined for the noble residence of the Rio Maior family.

Keywords

Rio Maior Family; Reinaldo Manuel dos Santos; Romanino; João Grossi; Pombaline architecture.

Em 2023 abria as portas em Lisboa mais um hotel de cinco estrelas e desaparecia mais um palácio da antiga nobreza portuguesa, já desabitado e em vias de degradação. O blogue do *Movimento Fórum Cidadania Lisboa*, seis anos antes, já alertara para esta situação, com o elucidativo título: «Era uma vez um palácio chamado de Rio Maior (Anunciada)»⁽¹⁾. O palácio manteve-se na posse da família dos marqueses de Rio Maior, que nele residiu durante mais de dois séculos, tendo sido recentemente vendido ao grupo espanhol que o transformou em hotel⁽²⁾.

(1) https://cidadaniax.blogspot.com/2017/05/era-uma-vez-um-palacio-chamado-de-rio_30.html (consultado a 15.08.2024).

(2) O palácio Rio Maior foi objeto de uma referência pontual de Augusto Vieira da Silva, na edição por ele anotada da obra «Lisboa Antiga», de Júlio de Castilho (Castilho e Silva 1967: 263, 264). Os interiores deste palácio foram pela primeira vez analisados por Carlos Franco na sua tese de doutoramento, a par de outros palácios lisboetas contemporâneos,

Do antigo palácio Rio Maior – ou antes palácios, uma vez que se tratava de dois edifícios, as chamadas «casas grandes» e «casas pequenas da Anunciada», assim referidas pelas suas diferentes áreas de construção – pouco mais resta que as duas fachadas sobre a rua das Portas de Santo Antão (a antiga rua Direita da Anunciada), entre o largo da Anunciada e a rua dos Condes.

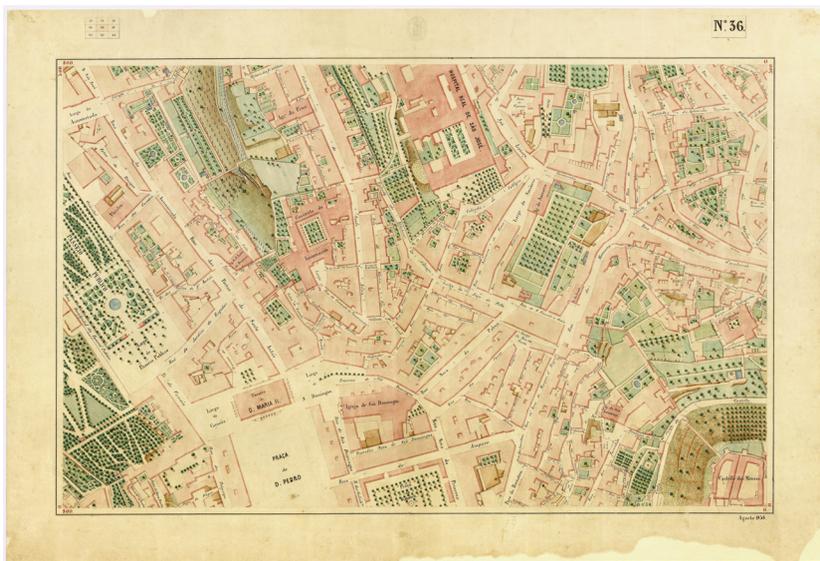


Figura 1 – As casas da Anunciada e os seus jardins, na rua da Anunciada, entre o largo da Anunciada e a rua dos Condes, no canto superior esquerdo da imagem. © Arquivo Municipal de Lisboa / Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, n.º 36 | PT-AMLSB-CMLSBAH-PURB-003-00028-38.

Ao transformar-se em hotel, a fachada das «casas grandes» foi substancialmente aumentada, de cinco para onze vãos, tendo sido preservadas e devidamente restauradas apenas três salas do piso nobre, a escadaria principal e o vestíbulo. A fachada das «casas pequenas», adossada ao antigo palácio dos condes de Povolide (alterado em finais

tendo em atenção os seus «objetos, interiores e vivências» (Franco 2014). Uma vasta coleção de fotografias antigas do edifício foi reunida pelo mesmo autor na sua recente obra de divulgação dedicada à transformação do palácio Rio Maior em hotel (Franco 2024).

de Oitocentos pelo conde de Burnay e hoje propriedade do Ateneu Comercial de Lisboa), mantém-se inalterada, mas nada resta dos seus interiores. Do amplo jardim para o qual abriam as fachadas laterais das duas casas, construído em dois patamares rasgados na colina de Santana, sobrevive apenas um solitário dragoeiro...

Permanece, contudo, o riquíssimo arquivo dos marqueses de Rio Maior, depositado na Torre do Tombo desde 2002, repositório das memórias da família, que nos permitiu reconstituir a história das duas «casas da Anunciada» e dar a conhecer as principais campanhas de obras e os artistas que nelas participaram.

João de Saldanha de Oliveira e Sousa, 16º morgado de Oliveira e 1º conde de Rio Maior

Figura central por trás da história das casas da Anunciada foi o 16º morgado de Oliveira, João de Saldanha Oliveira e Sousa. Nascido a 22 de maio de 1746 e batizado a 29 do mesmo mês no oratório das casas de seu avô materno, na freguesia da Encarnação, era o filho varão de António de Saldanha Oliveira e Sousa e de D. Constança de Portugal⁽³⁾. Casou aos 23 anos, a 10 de setembro de 1769, com uma noiva de apenas doze, mas seguramente um dos melhores partidos do reino: D. Maria Amália Eva de Carvalho e Daun, a filha mais nova de Sebastião José de Carvalho e Melo, o ministro todo poderoso de D. José. Ao longo de mais de duas décadas, o casal gerou 15 filhos, três deles falecidos na infância⁽⁴⁾.

Senhor dos morgados de Oliveira, de Vale de Sobrados, de Barcarena e da Quinta de Azinhaga, João de Saldanha (abreviemos-lhe assim o nome) acumulava ainda as comendas de Azamor, de S. Martinho de Santarém, de Santa Maria da Torre e de S. Salvador de Fornelos, do arcebispado de Braga. Cavaleiro professo e grã-cruz da Ordem de Cristo, exerceu funções de moço fidalgo com exercício no Paço, foi membro do Conselho de Estado, gentil-homem da câmara da rainha D. Maria I, familiar do Santo Ofício, membro da Junta Provisória do Erário Régio e inspetor-geral do Terreiro de Lisboa. A 8 de

(3) ANTT, *ADL*, Freguesia da Encarnação, Batismos, livro 14º, fl. 80.

(4) Dos doze filhos sobrevividos do casal merece uma referência especial João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun (1790/1876), marechal e duque de Saldanha, figura notável do Liberalismo português, várias vezes ministro e presidente do Conselho de Ministros, embaixador e par do reino.

janeiro de 1803 foi feito conde de Rio Maior, título criado por decreto régio de 18 de setembro do ano anterior. Mas não gozou a distinção por muito tempo: um ano depois, a 26 de janeiro de 1804, faleceu no seu palácio da Anunciada, «com os sacramentos e sem testamento», apenas com 57 anos de idade⁽⁵⁾.

Dispomos agora de um retrato fidedigno do morgado de Oliveira, numa rara cena familiar com a mulher e quatro cunhados, sob o olhar tutelar do já falecido marquês de Pombal, cujo retrato pende da parede de fundo, como que presidindo à reunião. Trata-se de uma preciosa aguarela recentemente leiloadada por Veritas Art Auctioneers e adquirida pelo Museu Nacional Soares dos Reis, que o investigador Hugo Crespo atribuiu a Nicolas Delerive, com sólidos fundamentos. A pintura foi datada entre 1792 e 1794, numa altura em que João de Saldanha contaria, portanto, cerca de 45 anos⁽⁶⁾.



Figura 2 – Cena de interior com grupo familiar da Casa dos marqueses de Pombal, c. 1792/94, Nicolas Delerive (atrib.), cortesia de Veritas Art Auctioneers.

(5) ANTT, *AMRM*, livro 150, fls. 80-83; *ADL*, Freguesia de S. José, Óbitos, livro 9º, fl.16vº; Cunha 2011/12; Rodrigues 2014.

(6) João de Saldanha, ostentando o hábito e a placa da Ordem de Cristo, e a sua mulher, D. Maria Amália, foram representados com o 2º marquês de Pombal, Henrique José, a irmã deste, D. Maria Francisca, o marido, Cristóvão Manoel de Vilhena, e o conde da Redinha, José Francisco (que viria a ser o 3º marquês de Pombal), na presença de criados da Casa e do secretário do marquês. Os membros do grupo e as circunstâncias do encontro foram identificados por Lourenço Correia de Matos (2024).



Figura 3 – O 16º morgado de Oliveira, João de Saldanha Oliveira e Sousa, pormenor da fig. 2.

A 20 de dezembro de 1781, João de Saldanha redigiu e assinou uma *Promemoria para servir de Memoria exacta e Individual das duas Propriedades de Cazas sitas na rua Direita da Anunciada (...)*⁽⁷⁾. O relato, acompanhado de «huma collecção compendioza de todos os Documentos, e Averiguaçoins [e] Pareceres de Juristas», destinava-se a esclarecer o seu filho mais velho e demais sucessores sobre quaisquer dúvidas que pudessem subsistir quanto à legitimidade da posse das duas propriedades, face à destruição quase total do cartório da sua Casa, provocada pelo terramoto de 1755 e pelo incêndio que se seguiu (ANTT, AMRM, livro 77, fl. 15vº).

Na origem dos dois edifícios estiveram as propriedades de Luís Mendes de Elvas, «negociante dos mais ricos da Praça de Lixboa», cujos herdeiros as venderam a D. Inês Antónia de Távora, tutora de seus filhos após a morte do marido, João de Saldanha e Sousa, um dos 40 conjurados que em dezembro de 1640 aclamaram o rei D. João IV. Ainda no século XVII, Inês de Távora comprou as propriedades por 8 400\$000 réis, com

(7) ANTT, AMRM, livro 77 e cx. 73, nº 1, onde se encontram, respetivamente, a versão final e o rascunho da *Promemoria*. Alguns dos fólios da versão final não apresentam numeração.

o produto da venda de uma casa do morgadio na rua das Parreiras – «morada ordinaria daquelles Senhores no tempo em que vinhão a Lixboa (...), pequena e pouco cómoda» – e de duas casas, também do morgadio, nele integradas pelo seu cunhado, D. Manuel de Saldanha, antes de ser nomeado bispo de Viseu. Obrigou-se ainda a pagar uma dívida dos vendedores à Inquisição de Lisboa, no valor de 800\$000 réis.

As casas foram recebendo obras, algumas de vulto, nelas tendo residido até ao terramoto de 1755 os vários morgados de Oliveira, alternando com longas estadias nas propriedades da família em Évora e em Santarém. O terramoto de 1755 provocou graves danos nas casas da Anunciada, então habitadas pelo 15º morgado de Oliveira, António de Saldanha Oliveira e Sousa, por sua mulher, D. Constança de Portugal, e pelos seus filhos. Apesar de muito arruinadas, foram durante vários anos arrendadas a Francisco Simões Pereira, que nelas instalou uma mercearia e um celeiro, e ainda ao negociante francês F. Mailhol (ANTT, AMRM, livro 77, fls. 1-7º).

A obra das «casas pequenas» da Anunciada

Após a morte do 15º morgado de Oliveira e de sua mulher, em 1757, o avô materno e tutor dos seus netos, D. Luís de Portugal e Gama Vasconcelos e Sousa, mestre de campo general dos exércitos e governador da Torre de S. Lourenço da Barra, com o acordo do desembargador José de Seabra da Silva, administrador da Casa, decidiu reedificar as «casas pequenas», pensando obter um arrendamento lucrativo para os órfãos (ANTT, AMRM, livro 77, fl. 11).

Em 1761, contratou «um Arquitecto, que de pouco tempo tinha vindo da Itália, por nome o Romanino, para que se fizesse a Planta que depois se executou»⁽⁸⁾. Para a execução do «risco approved» foi escolhido o mestre pedreiro João Rodrigues de Carvalho, que se comprometeu «a fazer a obra de seu officio à medição, aproveitando (...) do montão de entulho que estava ocupando o Terreno todos os materiaes que podesse» (ANTT, AMRM, livro 77, fl. s.n). Ficaram excluídas as despesas com os estuques dos tetos, as pinturas e os vidros, que seriam pagas pelo proprietário (ANTT, AMRM, livro 77, fl. 11).

(8) Embora na *Promemoria* o morgado de Oliveira refira que juntou a planta como prova, a mesma já não consta do arquivo.

As condições deste contrato foram estabelecidas em escritura assinada a 6 de agosto de 1761, comprometendo-se o mestre pedreiro a fazer, «com a mayor perfeição da arte», as obras, não só do seu ofício, mas também dos ofícios de carpinteiro e serralheiro. As paredes seriam de pedra e cal até ao primeiro pavimento «e tudo o mais de frontal de Carvalho seco e de boa qualidade, executando o Risco que lhe for dado, fazendo as portas, janellas e tectos conforme a planta como declarar o architecto que a fez». Após a conclusão da obra, a mesma seria medida e avaliada por mestres juizes do ofício de carpinteiro e pedreiro para apuramento da dívida. O pagamento seria garantido pelos rendimentos das casas acabadas de construir e de outras, no lugar de Belém, pertencentes ao morgadio de Oliveira, e ainda dos «foros a ela[s] adjacentes». Ao montante da dívida acresceriam juros de 5% ao ano (ANTT, AMRM, livro 77, fls. 17-23vº).

Os atrasos no pagamento das «despesas que correram por conta da Casa» dificultaram o andamento das obras das «casas pequenas» da Anunciada, que só muito mais tarde ficaram «em Estado de se alugar» (ANTT, AMRM, livro 77, fl. 11). Em fevereiro de 1766 foram ainda pagos materiais ao mestre pintor Maximino Francisco Massa e entre janeiro de 1766 e agosto de 1768 ao mestre estucador José Raggi (que por vezes assina Raggio). Este desconhecido estucador, possivelmente da região de Lugano, de onde vieram muitos estucadores e outros *maestri d'arte*, antes e depois do terramoto de 1755 (Mendonça 2014), passou vários recibos pela pintura e douradura do altar, das imagens e painéis do oratório, e ainda por obras de pintura e estuque no interior do palácio (ANTT, AMRM, livro 77, fls. 59-73vº).

As medições para averiguação dos custos finais da obra, feitas pelos mestres e juizes dos ofícios de pedreiro, carpinteiro e serralheiro, só tiveram lugar em abril de 1768 (ANTT, AMRM, livro 77, fls. 33 a 39vº), seguindo-se as avaliações da obra de carpintaria e serralharia feitas pelos juizes dos respetivos ofícios (ANTT, AMRM, livro 77, fls. 40, 45-50).

O relatório dos mestres e juizes do ofício de pedreiro, Pedro José de Barros e Luís António Seabra, dá-nos informações muito precisas sobre a fachada principal, virada para a atual rua das Portas de Santo Antão. A medição da pedraria contemplou as cantarias em pedra lioz de todos os vãos da fachada, «tudo Ezeccuttado na forma da Planta»: o «Portal Grande» com os seus «dous Pillares Rustiquos e Almofadados e tres pilares lizos com seo Arquivolto e Arquitrava no vam Moldada, (...) mizullas nos pillares [e] Arquitrava por sima resaltada»; as «duas Janelas de pedraria (...) no pavimento da Loge», dos lados do portal; as «duas

Janelas de Sacada que ficam ao lado do Arquivolto do portal, por baixo do pavimento Nobre, (...) com mizullas nos prumos das hombreiras»; a «Janella Grande que fica por cima do portal no pavimento Nobre, com hombreiras e verga moldadas e Arquitrava e frizos nos prumos das hombreiras e Tabela no meyo e cimalha por cima»; as «duas Janelas (...) com Sacadas Lizas, hombreiras e verga moldadas, verga, frizo e simalha por cima direitta», ladeando a porta-janela que abre para a varanda; e, finalmente, nos mezaninos, «as três Janelas (...) com hombreiras, cruzeiras e vergas moldadas» (ANTT, AMRM, livro 77, fls. 35v e 36).

Da avaliação dos mestres da pedraria fez ainda parte a aplicação «de cinco Grades de ferro Francesas nas Janelas de Sacada da frontaria e varanda», no piso nobre, «de duas grades de ferro de maxos e femeas nas Janelas dos Lados do portal», no piso das sobrelojas, «e mais duas grades do mesmo feito pequenas», nas janelas dos mezaninos (ANTT, AMRM, livro 77, fl. 38). Todas estas «grades francesas» – assim chamadas pelos motivos decorativos de gosto rococó, inspirados em gravuras francesas – guarnecem ainda hoje a fachada principal.



Figura 4 – Fachada atual das «casas pequenas da Anunciada», Isabel Mendonça, 2024.



Figura 5 – Portal das «casas pequenas da Anunciada», Isabel Mendonça, 2024.



Figura 6 – Pormenor da fachada atual das «casas pequenas da Anunciada», Isabel Mendonça, 2024.

Muito interessantes são as referências às obras do interior do palácio, todas elas já desaparecidas: «a calçada ordinária feita de pedra negra nos pavimentos das loges», a escadaria com os seus degraus, patamares e nichos de pedraria, o «Azolejo Mourasco [sic] de Cores e Algumas Faxas em goarnisoins das Cazas do Coarto Nobre e do coarto Baxo e Mazaninos e Nas escadas»⁽⁹⁾, o «Azolejo Brutesco Françês na Caza do orattorio», os «Sinco Tettos De Cazas No Coarto Nobre feittos de Estuque Com Suas Molduras e hornatos em meyo Rellevo de diferentes Tamanhos», e ainda o «Estuque da Caza do Orattorio, detteto, Lados e Rettabolo devidido em paineis faxiados e Ornatiado em Meyo Rellevo e Suas Medalhas tudo Ezeccutado Com perfeiçam» (ANTT, *AMRM*, livro 77, fls. 38 e 38vº).

A gestão da obra por D. Luís de Portugal e Gama é que não provou ter sido a mais acertada, como aliás refere o seu neto João, reconhecendo não ter havido «o melhor methodo, nem a sãa economia». Preparadas para um aluguer rendoso – em 1761, tanto D. Luís como Seabra da Silva acreditaram que poderiam render um conto de réis –, as «casas pequenas» da Anunciada acabaram por ser alugadas a José da Silva Pimentel por seis vezes menos, apenas 170\$000 réis, montante que mal chegava para pagar os juros da dívida (ANTT, *AMRM*, livro 77, fls. 11 e 11vº).

Em janeiro de 1772, após a morte de D. Luís de Portugal e Gama, o seu neto João mudou-se com o resto da família de casa do avô, na quinta de S. José de Ribamar, onde todos viviam desde o Terramoto, para o palácio pequeno da Anunciada – isto depois de ter acordado a saída do inquilino e de ter averiguado junto dos mestres pedreiro e carpinteiro, Jorge Rodrigues de Carvalho e Caetano Francisco, o «preço em que a Propriedade andava», prometendo-lhes a «prestação do aluguer que até então percebião para que não lhes faltace a consignação» (ANTT, *AMRM*, livro 77, fl. 12). Vivendo paredes-meias com o palácio nobre, cuja obra já tinha sido iniciada, João de Saldanha terá pensado que seria mais fácil e eficaz a gestão dos trabalhos em curso.

A dificuldade em arrendar as «casas pequenas» por preços convenientes levou o morgado de Oliveira a vários melhoramentos

(9) O lambril de azulejos da escada, de padronagem pombalina – referido como «azulejo mourisco» pelo avaliador – foi ainda fotografado em 2014 por Carlos Franco (Franco 2014: 277, fig. 54).

que viriam a permitir alugueres mais rendosos. Em setembro e outubro de 1779 foi criada uma «Salla grande (...) de duas Cazas mais pequenas», certamente no «quarto nobre», que recebeu um novo teto em estuque relevado executado pelo mestre estucador «Agostinho, italiano», auxiliado pelos seus dois ajudantes Bento Cipriano e Manuel António (ANTT, AMRM, livro 77, fl. 157). O estucador em questão, Pietro Cristoforo Augustini, em Portugal conhecido como Pedro Cristóvão Agostinho, Pedro Agostinho ou apenas Agostinho, era natural de Agno, nas imediações do lago de Lugano, no cantão do Ticino. Foi um dos principais colaboradores do estucador João Grossi, com ele trabalhando na capela da Ordem Terceira de Jesus e na igreja e convento dos Paulistas, em Lisboa. Regressou à sua terra natal em 1788, aí falecendo em 1793 (Mendonça 2020: 113). O custo total da obra, feita sob a supervisão do mestre Jorge Rodrigues de Carvalho, no montante de 109\$103 réis, incluiu o trabalho de pedreiro, carpinteiro, azulejador, estucador e serralheiro (ANTT, AMRM, livro 77, fls. 157-158v^o).

As «casas pequenas» foram assim facilmente arrendadas ao negociante Henrique Verney, que «se agradou da Propriedade e a occupou por justo preço athe o anno de 1778». Seguiu-se o conde de Povolide, que há muito pretendia alugar as casas anexas ao seu palácio, «porque havendo-lhe crescido a Familia com os Filhos se achava em grande aperto, e mal acomodado» (ANTT, AMRM, livro 77, fl. 12v^o). Na última década do século XVIII, as «casas pequenas» da Anunciada estiveram ainda alugadas a um rendeiro do conde de Povolide, Rafael José Lopes, ao Dom Prior da Colegiada de Nossa Senhora de Guimarães, que era então D. Luís Maria de Saldanha e Oliveira, irmão do morgado de Oliveira, e a Francisco da Costa Rego. Em 1796 o Dom Prior habitava o «quarto nobre», enquanto no «quarto baixo» residia um «Dr. Medeiros», e a loja era ocupada por um mestre correeiro (ANTT, AMRM, livro 77, fls. 253-261).

Trinta e nove anos depois da escritura entre D. Luís de Portugal e Gama e o mestre Jorge Rodrigues de Carvalho, porém, a obra da «casa pequena» ainda não estava paga. Só a 8 de julho de 1800, o morgado de Oliveira assinou finalmente com a viúva do pedreiro / empreiteiro⁽¹⁰⁾

(10) O mestre falecera a 2 de agosto de 1783. ANTT, *Feitos Findos*, Inventários post-mortem, letra J, mç. 435, n.º 32.

uma escritura de «pagamento, quitação geral e desobriga dos prédios consignados» (ANTT, *AMRM*, livro 77, fls. 407-412) que pôs termo à dívida. Dois anos antes do seu falecimento, o mestre ainda tinha a receber do morgado mais de doze contos de réis (precisamente 12 236\$584: ANTT, *AMRM*, livro 77, fl. 13).

Em inícios do século XIX, foi acrescentada à fachada principal a água-furtada de dois pisos que hoje lá se encontra, com a sua varanda de sacada corrida em ferro, decorada com motivos neoclássicos. Esta obra teve provavelmente lugar por volta de 1805, como parece deduzir-se de uma «impugnação (...) à obra de aumento do Palacio d'Annunciada» apresentada nesse ano pela condessa de Povolide, que habitava o palácio anexo (ANTT, *AMRM*, livro 113, fl. 141).

Na viragem do século XIX para o XX, novas obras tiveram lugar no palácio pequeno da Anunciada. Por trás das alterações dos interiores esteve a marquesa de Rio Maior, D. Maria Isabel de Lemos e Roxas Carvalho e Meneses de la Rue Saint-Léger (1841/1920), viúva do 1.º marquês, António José Luís de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa. O arquiteto António José Dias da Silva (1848/1912), realizou o projeto, que submeteu à Câmara Municipal de Lisboa em novembro de 1899⁽¹¹⁾. A firma do estucador José Fernandes da Silva, no largo das Olarias, encarregou-se dos estuques e das pinturas, realizados em praticamente todas as divisões do palácio. A casa de jantar recebeu um teto com uma «tabella de ornamento com frutas, assim como um florão de ornamento, ficando este dentro de um circo [sic]», e as paredes foram pintadas, fingindo madeira de carvalho. A escada principal foi «toda estucada e finjida a pedra, levando uma faixa mais escura em cima e na parte de baixo». Os estuques lisos e relevados foram realizados pelo estucador Adriano, as pinturas pelo pintor fingidor João Pires (ANTT, *AMRM*, mç. 95, nº 11).

Tanto estas últimas obras, como as que atrás referimos, realizadas por D. Luís de Portugal e Gama e pelo morgado de Oliveira, desapareceram durante a recente transformação do palácio em hotel. A fachada principal, contudo, mantém ainda, com exceção das águas-furtadas, a traça original gizada em 1761 pelo arquiteto italiano.

(11) Em 1888 Dias da Silva realizou o teatro da Rua dos Condes, com um salão-bufete neo-árabe, a dois passos das casas da Anunciada. Em 1892 foi inaugurada a sua obra mais emblemática: a Praça de Touros do Campo Pequeno (Silva e Elias 2021).

A obra das «casas grandes» da Anunciada

Em 4 de março de 1771 começaram os primeiros trabalhos de desentulhos e caboucos das «casas grandes» da Anunciada, a propriedade nobre da Casa Rio Maior. Depois de examinadas «as Ruínas e o Terço da Parede fronteira da Rua» pelos «Mestres do Officio de Pedreiro mais bem Reputados», João de Saldanha Oliveira e Sousa decidiu que, «pelo bem publico», se devia logo demolir tudo, «vindo a ficar o Terreno em campo Razo» e o edifício «fabricado de novo desde os alicerces» (ANTT, AMRM, livro 77, fl. s.n.).

Da planta foi encarregado o «habil Arquitecto Reynaldo Manoel dos Santos com as advertências (...) para que aproveitase do antigo tudo quanto pudesse». «Depois de algumas emendas que se julgarão convenientes», iniciou-se a obra, dirigida pelos mestres pedreiro e carpinteiro que tinham já trabalhado nas «casas pequenas» da Anunciada na década de 1760: Jorge Rodrigues de Carvalho – já então «capitão e mestre pedreiro da Casa das Obras e Paços Reais» (ANTT, AMRM, mç. 85, n° 7) – e Caetano Francisco.

Para a obra de cantaria foi escolhido o mestre Manuel Vicente. Para os estuques, o dono da obra «preferi[u] a toda a qualidade de Tétos conhecidos, por mais limpos, Elegantes, de menos custo, e mais breves, ao Mestre daquela arte, João Grosse, que de Itália tinha vindo para este Reyno e nelle havia estabelecido uma Aulla de Dezenho e ensinado a manobrar os Relevos, e Estuques» (ANTT, AMRM, livro 77, fl. 9). O aberto elogio do morgado de Oliveira a este estucador confirma, a par da alta consideração em que era tido na família, o seu destacado papel no ensino e divulgação desta arte na decoração dos interiores portugueses. Natural de Bioggio, nas imediações do lago de Lugano, Giovanni Maria Grossi (1715/1780), em Lisboa desde 1743, viria a falecer na capital, pobre e cego, três anos após a queda em desgraça do seu protetor, o marquês de Pombal, para quem trabalhou durante quase um quarto de século (Mendonça 2014: 191-193, 196, 197).

As obras das «casas nobres» estenderam-se por quase quatro anos, tendo sido dadas por terminadas em dezembro de 1775. As pormenorizadas folhas de pagamento referem, semana a semana, os materiais utilizados e toda a mão de obra que por lá passou, entre mestres, oficiais, ajudantes, «homens de pau e corda» e «carreiros», totalizando o elevado montante de 19 530\$550. Além de João Grossi, do azulejador

Manuel da Costa Rosado e do pintor e dourador Cipriano Gomes, que iniciaram os seus trabalhos durante o último quartel de 1774, são ainda de referir os nomes do ferreiro Crispim José, dos serralheiros Gonçalo José dos Santos e Nicolas Langlois, dos carpinteiros Joaquim de Sousa e José Soyé e dos vidraceiros Giovanni Valdetaro e Estêvão Pereira de Castro⁽¹²⁾.

Na *Promemoria*, o morgado de Oliveira frisou bem a forma prudente como geriu as obras das suas casas nobres, «feitas debaixo do Plano Aprovado, para evitar desmanchos, e outras maiores Despesas, que acontecem quando se edifica arbitrariamente». Uma crítica velada à forma caótica como o seu avô tinha gerido a obra das «casas pequenas» da Anunciada... Reconheceu não ter podido concluir o edifício, como desejava, por ter sido «oubrigado a viver, e a sustentar uma Família numeroza e a contribuir com os outros Encargos [da sua] Caza e ainda do [seu] Pessoal». Porém, parecia-lhe «muito mais vantajozo que se viva em Caza Cómoda, e sem a ostentação de grandes, e inuteis Sallas, do que têllas sem meios para viver, ou com o encargo de Divida não paga, que he o maior mal de todos os que sobre si carrega hum Senhor de Caza e Pay de Família». Para justificar as despesas com a obra, juntou no final, com uma minúcia de guarda-livros, «as contas, Recibos que as legalização, Plantas, documentos, e mais papeis» (ANTT, AMRM, livro 77, fls. 9 e 9v^o)⁽¹³⁾.

A fachada riscada pelo arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos (1731/1791) era extremamente simples, com os seus dois portais iguais, com bandeiras de formato trapezoidal, nenhum deles ostentando pedra de armas, e as cinco portas-janelas, com as suas sacadas de balaústres em ferro, no piso nobre, a que se sobrepunham cinco águas-furtadas. Reportando-se à planta executada pelo arquiteto italiano para as «casas pequenas» da Anunciada, João de Saldanha referiu na *Promemoria* a intenção de repetir

no outro grande Terreno em que hoje se acha Edeficada a propriedade nobre (...), outro corpo de Obra igual, com Porta semelhante, unidos os dous Quartos por huma galaria que devia correr pelo lado Septentrional do Jardim e aproveitando o grande Resto de Terreno da Caza Nobre em

(12) ANTT, AMRM, livro 123; mç. 85, n^o 3; mç. 85, n^o 7; mç. 18, n^o 16; mç. 18, n^o 21.

(13) Tal como aconteceu com a obra do palácio pequeno, também neste caso não constam do arquivo as plantas referidas.

pequenos quartos e logeas para alugar: Projecto que mais depressa se ouvera de seguir, a não ter sido contrapezado por Razoins Politicas, e muito attendiveis, que oubrigarão a Edeficar a Caza Nobre sobre si, e sem dependencia do prospeto desta Propriedade. A planta se junta como Prova (ANTT, AMRM, livro 77, fl. sem numeração... nem planta).

As dificuldades financeiras do morgado de Oliveira e a necessidade urgente da rápida conclusão das obras das «casas grandes da Anunciada» terão, pois, impedido que na sua fachada fosse replicado o imponente portal da fachada principal do palácio pequeno, riscado pelo arquiteto italiano.



Figura 7 – Fachada atual das «casas grandes da Anunciada», Isabel Mendonça, 2024.

Das obras de decoração então realizadas subsistem os estuques relevados dos tetos das duas salas intercomunicantes do piso nobre – a «Casa Grande» e a «Casa forrada de damasco verde» (hoje designadas por Sala dos Espelhos e Sala do Dragoeiro) – viradas para a rua das Portas de Santo Antão, realizados entre 21 de novembro de 1774 e 11 de março de 1775 por João Grossi e a sua equipa (ANTT, AMRM, livro 123). As duas salas, com os

seus móveis e adereços têxteis, são já mencionadas no inventário dos móveis realizado logo após a morte do 1º conde de Rio Maior (ANTT, AMRM, mç. 44, nº 37). Nos estuques destas duas salas, a linguagem decorativa é idêntica à que Grossi utilizou em muitos outros espaços: cartelas assimétricas de concheados vazados e de contornos flamíferos, motivos vegetalistas, fitas entrelaçadas e reticulados de gradinhas. Dominam os fundos de tons pastel e os apontamentos a ouro, bem característicos do período rococó e sempre presentes nas obras deste estucador.

No painel central da «Casa Grande», Grossi figurou Minerva, a deusa romana da civilização, da estratégia militar, da sabedoria, da cultura e das artes (representada como habitualmente de capacete na cabeça e lança na mão), rodeada de estandartes e meninos com instrumentos de medição e de escrita, tema igualmente presente no desaparecido teto da biblioteca do convento dos Paulistas, em Lisboa, realizado pela sua oficina (Sales 1925). Nos quatro cantos figuram em estuque alusivos às Artes e às Ciências dentro de cartelas de concheados. No teto da sala anexa, a «Casa forrada de damasco verde», destacam-se as cenas pintadas com alegorias às quatro estações do ano emolduradas por cartelas de dinâmicos concheados, idênticos aos da «Casa Grande» e aos do teto da «Casa das Pescarias» da quinta de Oeiras, propriedade do marquês de Pombal, sogro de João de Saldanha (Mendonça, no prelo).



Figura 8 – Teto em estuque relevado da antiga «Casa Grande», piso nobre do palácio Rio Maior, painel central com a figuração de Minerva, João Grossi, 1774/75, Isabel Mendonça, 2024.



Figura 9 – Teto em estuque relevado da antiga «Casa forrada de damasco verde», piso nobre do palácio Rio Maior, João Grossi, 1774/75, Isabel Mendonça, 2024.

O painel em estuque relevado no teto da escadaria principal do palácio foi certamente já realizado depois de 1803, uma vez que nele estão presentes as armas dos condes de Rio Maior, só então atribuídas ao 16º morgado de Oliveira: escudo partido – 1º de Saldanhas, 2º cortado de Oliveiras e de Sousas (de Arronches) –, encimado pela coroa de conde, tendo por timbre uma águia de asas abertas e uma chave na boca; na zona inferior, uma filacteria com a legenda «Veritas omnium Victrix», da qual pende o hábito da Ordem de Cristo. Em redor das armas vemos ainda uma cartela de concheados vazados de gosto rococó, numa época em que tal linguagem tinha já passado de moda, talvez por ser considerada mais de acordo com a representação heráldica...



Figura 10 – Armas dos condes de Rio Maior, teto da escadaria do palácio Rio Maior, Isabel Mendonça, 2024.

No primeiro quartel do século XIX várias obras tiveram lugar no palácio e nos jardins, acompanhadas à distância pelo 2º conde, António de Saldanha Oliveira e Sousa (1776 / 1825), casado com D. Maria Leonor Ernestina de Carvalho Daun e Lorena, filha dos 3ºs marqueses de Pombal e 1ºs condes da Redinha. Gentil-homem da Câmara de D. João VI, partiu em 1807 com a família real para o Brasil, regressando ao reino apenas em 1821. Quem ficou a seguir de perto as obras realizadas, até pagando do seu bolso muitas delas (ANTT, AMRM, livro 123), foi o seu tio paterno, D. Luís Maria de Saldanha e Oliveira, o Dom Prior de Guimarães, que viria a falecer em Madrid a 24 de setembro de 1814.

A «obra nova da Anunciada» teve lugar entre abril de 1812 e fevereiro de 1813, com um custo total de 1 245\$725. O responsável foi o arquiteto italiano Luigi Chiari, que assinou vários recibos pela direção dos trabalhos, entre eles a decoração do oratório e de várias salas e o arranjo do «passadiço» do jardim. Chiari era natural de Arezzo, na Toscana, como é referido no registo

de batismo de sua filha Augusta, na igreja de Nossa Senhora do Loreto, em Lisboa, a 29 de agosto de 1808. Casara na freguesia de Santo Ildefonso, no Porto, com Rosa Cosmi, de ascendência italiana mas natural da freguesia de S. Pedro de Miragaia, na mesma cidade⁽¹⁴⁾. Encontrava-se em Lisboa desde 1807, trabalhando como cenógrafo no teatro de S. Carlos, depois de uma permanência no norte do país, onde deixou uma vasta obra como pintor, estucador e entalhador, documentada a partir de 1798. Em 1808, no período de convulsão que se seguiu à primeira invasão francesa, partiu para Inglaterra, de onde regressou em 1812 (Marques 1995: 195-226), precisamente no ano em que assumiu a direção das novas obras da Anunciada.

Sob a sua direção trabalharam, além de carpinteiros e pedreiros, vários pintores – Rafael António, Francisco Xavier, Manuel Sabino, João de Deus e Joaquim José Bugre – e ainda o estucador Manuel José de Oliveira, autor do teto do oratório (ANTT, AMRM, mç. 85, n.º 4). Na documentação da Casa Rio Maior não aparece qualquer referência concreta aos estuques do teto do vestíbulo, que ainda existem, mas é de admitir que possam ter sido executados nesta campanha de obras. A sua linguagem neoclássica (os dois ramos de loureiro atados por laço sobre o qual descansa a águia com a chave na boca, timbre de Saldanha, apoiada na coroa de conde, e os vários frisos que compartimentam a composição) e ainda a elevada qualidade da sua execução levam-nos a crer que possam ter sido também realizados por Manuel José de Oliveira.



Figura 11 – Teto em estuque relevado do vestíbulo do palácio Rio Maior, Manuel José de Oliveira (atrib.), c. 1812/13, Isabel Mendonça, 2024.

(14) AINSL, *Livro 4.º de Batismos*, fl. 289.

Em junho de 1773 este mestre estucador recebera carta de ofício das mãos de João Grossi sem ter frequentado a Aula de Desenho e Estuque, mas por se ter provado que já trabalhava há nove anos na sua profissão, com boas referências⁽¹⁵⁾. Até agora, apenas era conhecida a sua participação entre agosto e novembro de 1783 nos estuques da «Sala dos Serenins», a nova casa da música da Real Barraca da Ajuda, ainda com elementos decorativos de gosto rococó (ANTT, *Casa Real*, cxs. 3127 e 3129).

Em 1813 os jardins passarão a estar no primeiro plano das obras, talvez seguindo ainda o projeto gizado por Luís Chiari. O cabouqueiro Ventura Mendes, com oficina em Benfica, forneceu as cantarias já trabalhadas para a «Bordadura do Novo Tanque do Jardim de cima», dois «Assentos para as ilhargas da cascata do dito», outros dois «Assentos para defronte do Lago do Jardim de baixo», «28 assentos para Vazos do dito», «Quatro Pilares para a Grade de ferro da Escada do dito» e outros dois pilares «para o Carramanchão do Jardim de cima» (ANTT, *AMRM*, mç. 85, n.º 5).

Em 4 de maio de 1813, o 2.º conde de Rio Maior recebeu de dois alunos da Casa da Escultura das Obras Públicas os projetos para as estátuas destinadas aos dois nichos que ladeavam a cascata do jardim. Para ficar seguro, solicitou um parecer sobre os desenhos ao consagrado escultor Joaquim Machado de Castro (1731/1822), então já octogenário. Este respondeu no mesmo dia, em bilhete enviado da própria Casa da Escultura, concordando, quer com a ideia, quer com o valor proposto, de 28\$500 réis. Cauteloso, no entanto, deixava a sua aprovação final pendente da realização dos «modelinhos [para as tais estátuas] no tamanho dos ditos Desenhos», ou seja, não se comprometia imediatamente com as propostas dos seus alunos (ANTT, *AMRM*, mç. 85, n.º 5)⁽¹⁶⁾.

As últimas obras de decoração documentadas nas «casas nobres» da Anunciada tiveram lugar na década de 1880 e foram patrocinadas pelo 4.º conde e 1.º marquês de Rio Maior, António José Luís de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa (1836/1891). Datarão de 1882 as pinturas de fingidos de pedra que ainda hoje revestem as paredes da casa da escada e do vestíbulo, como prova a assinatura do pintor encontrada

(15) ANTT, *Real Fábrica das Sedas*, livro 387, fl. 44; *Junta do Comércio*, Fábricas, livro 429. Manuel José de Oliveira foi um dos quatro mestres que receberam carta de ofício das mãos de Grossi, sem nunca terem sido alunos da Aula de Desenho e Estuque. Os restantes foram Manuel Francisco, José Francisco da Costa e Paulo Botelho.

(16) Em 2014, existiam ainda os pedestais sobre os quais as estátuas, já desaparecidas, se terão apoiado (Franco 2014: 428, figs. 127 e 128), bem como um dos tanques e a cascata, esta já muito danificada (Franco 2014: 427, fig. 126; 429, fig. 130; 430, fig. 131; Franco 2024: fig. 55).

durante o recente restauro que aí teve lugar: «José Joaquim dos Santos imitador, 1882» (Franco 2024). O mesmo artista poderá igualmente ter realizado os motivos vegetalistas em *stucco-marmo*, sugerindo embutidos em mármore, que decoram as paredes do vestíbulo. Em 1883 foram comprados em França os vitrais que ainda se encontram nas janelas da «escada grande» por 183\$850 réis. Neste mesmo ano teve lugar a reedificação de todo o 3º andar (virado para os jardins) pelo montante de 3 806\$764 (ANTT, AMRM, livro 134, fl. 62).

Desta campanha de obras será também a decoração em estuque relevado do teto ainda existente no piso nobre, na antiga «Casa da Cama de Estado forrada de Damasco Carmesim», assim referida em 1806, no inventário dos móveis realizado após a morte do 1º conde (ANTT, AMRM, mç. 44, nº 37), onde hoje funciona o restaurante Conde da Ericeira. A linguagem decorativa revivalista que nele observamos – cartelas de *ferronnerie* de gosto maneirista e concheados e reticulados neo-rococó – bem característica do último quartel de Oitocentos, está presente em vários outros tetos lisboetas, muitos deles realizados por estucadores de Viana do Castelo, sobretudo das freguesias de Afife, Areosa e Carreço, que desde meados do século XIX se implantaram com assinalável êxito na capital (Mendonça 2021). O timbre da família Saldanha – a águia com asas abertas e a chave na boca, aqui já sobreposta à coroa de marquês – repete-se nos quatro cantos do teto, uma possível alusão à primitiva função desta sala.



Figura 12 – Teto em estuque relevado da antiga «Casa da Cama de Estado», piso nobre do palácio Rio Maior, c. 1882, Isabel Mendonça, 2024.

Duas casas, dois arquitetos

Projetadas com dez anos de intervalo (em 1761 e em 1771), por dois arquitetos de nacionalidades e formações diferentes, as duas «casas da Anunciada» responderam a circunstâncias e necessidades distintas, a primeira destinada a prédio de rendimento, a segunda a residência nobre da família.

As «casas pequenas», com os seus dois «quartos» – o «quarto baixo» e o «quarto nobre» – e as duas lojas abertas para a rua, de um e outro lado do portal, permitiram vários alugueres diferenciados. Com a construção de uma «casa grande», a partir da unificação de duas salas mais pequenas, o morgado de Oliveira conseguiu que os candidatos a inquilinos, «Regulando pelo grande Portal a Caza que hião a ver», já não desistissem de a alugar, pois nela encontravam a almejada «Caza de trinta palmos de comprimento» (ANTT, AMRM, livro 77, fl. 11). Do projeto inicial fazia ainda parte um oratório, certamente no «quarto nobre» (ANTT, AMRM, livro 77, fl. 38v^o). As amplas águas-furtadas, construídas em inícios do séc. XIX, vieram ainda dar-lhe maior desafogo.

As «casas grandes», com uma área de implantação muito superior, embora com a sua fachada principal de apenas cinco vãos, prolongavam-se para norte e nascente, abrindo as fachadas laterais para os jardins que as separavam das «casas pequenas». Do palácio inicial riscado por Reinaldo Manuel faziam parte, além do amplo vestíbulo e da «escada grande» de acesso ao piso nobre, a «Casa Grande» e a «Casa forrada de Damasco verde», viradas para a rua das Portas de Santo Antão, a «Casa amarela» e a «Casa da Cama de Estado forrada de Damasco carmesim», abertas para o jardim de baixo, todas elas no piso nobre. No «andar de cima», viradas para os jardins de baixo e de cima, ficavam a «Casa de Jantar», a «Casa amarela forrada de papéis pintados da dita cor», a «Casa encarnada forrada de Nobreza carmesim», a «Livraria», a «Casa do Senhor Dom Prior» e o «Gabinete». Todas estas divisões são referidas no já mencionado inventário dos bens da Casa, feito a seguir à morte do 1^o conde de Rio Maior, onde curiosamente nada se diz sobre o oratório, que certamente já existiria (ANTT, AMRM, mç. 44, n^o 37). O desaparecimento das plantas que outrora acompanharam a já referida *Promemoria* não nos permite determinar com rigor qual a proposta inicial do morgado de Oliveira e do seu arquiteto para as «casas grandes» da Anunciada.

Ao longo do século XIX foram-se sucedendo obras e adaptações que responderam às necessidades de conforto e de representação da família, como pode ser constatado pela análise dos outros dois inventários também presentes no arquivo da Casa, realizados em 1829, quatro anos após a morte do 2º conde (ANTT, AMRM, mç. 44, nº 39), e em 1891, a seguir à morte do 1º marquês de Rio Maior (ANTT, AMRM, livro 300).

Para além das diferentes circunstâncias que acompanharam os projetos dos dois palácios, associadas às funções inicialmente previstas para cada um deles, as suas fachadas sobre a rua das Portas de Santo Antão são também, de alguma forma, o retrato dos arquitetos que as conceberam. Na fachada das «casas pequenas», desenhada pelo arquiteto italiano, muito mais erudita e harmónica, com os seus pisos demarcados por faixas em cantaria e todos os vãos rodeados por cantarias trabalhadas, destaca-se o «portal grande» enquadrado por pilastras rusticadas sobrepostas, com uma elaborada arquitrave de ordem dórica e uma cornija bem saliente onde se apoia a varanda do pavimento nobre, para a qual abre a porta-janela com o seu tímpano ornamentado. Pelo contrário, a fachada das «casas grandes», riscada pelo arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos, é monótona e repetitiva, com as suas portas-janelas e janelas retangulares, tendo como única marca distintiva os dois portais com bandeiras de formato trapezoidal, emolduradas por cantarias lisas. A composição da fachada das «casas pequenas» estaria certamente mais de acordo com a fachada das «casas grandes», a residência nobre da família.



Figura 13 – Fachada das «casas pequenas da Anunciada». © Arquivo Municipal de Lisboa, palácio da marquesa viúva, Armando Maia Serôdio, 1968, PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-SER-009211.



Figura 14 – Fachada das «casas grandes da Anunciada». © Arquivo Municipal de Lisboa, palácio Rio Maior, Armando Maia Serôdio, 1968, PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-SER-009109.

Sobre o arquiteto «por nome o Romanino», autor do projeto das «casas pequenas», julgamos que a única menção conhecida é aquela que consta da *Promemoria* do morgado de Oliveira, onde apenas se indica que o mesmo chegara há pouco de Itália, provavelmente um dos arquitetos que vieram para Portugal farejando trabalho, a seguir ao terramoto de 1755. Seria Romanino o seu nome de família ou apenas uma indicação da sua naturalidade ou da sua proveniência, a cidade de Roma, ou talvez mesmo um diminutivo familiar? De qualquer modo, nesta época, não consta que houvesse um arquiteto italiano com este nome, nem em Itália, nem em Portugal.

Nos róis de confessados da igreja de Nossa Senhora do Loreto, em Lisboa, onde os italianos então residentes na capital cumpriam pela

Quaresma as suas obrigações de católicos, apenas deparámos em 1762, no ano a seguir ao projeto das «casas pequenas da Anunciada», com o conhecido «João Antinori, romano, solteiro, residente em Santos». No ano seguinte, em vez de João, encontrámos o seu irmão Tommaso Antinori, igualmente referido como romano e com a mesma residência (AINSL, *Livro 4º da desobrigação do preceito anual da Quaresma (...)*: fls. 149 e 160vº).

Ao contrário do ignorado «Romanino», Antinori tem uma obra notória, sobretudo na sua pátria. Embora não sendo romano, mas natural de Camerino, no Estado papal, Giovanni Antinori (1734/1792) estava já em Roma em 1750, estudando mecânica na universidade Sapienza e arquitetura na Academia de S. Lucas com o marquês Gerolamo Theodoli. Em 1754 recebeu o prémio de 2ª classe pelo projeto de uma *villa* para uma personagem ilustre. Data de 1754/55 o seu projeto para o *Palazzo alla Lungara*, nas imediações de Roma, que ofereceu ao cardeal Neri Corsini, sobrinho do papa Clemente XII. Foi através de um empenho deste cardeal – que o recomendou ao cardeal Pietro Paolo Conti, também natural de Camerino – que Antinori veio para Lisboa (Giontella 2013: 11-20).

Muito pouco se sabe sobre a sua permanência na capital portuguesa. Pouco mais do que a menção de Cirilo Volkmar Machado, a propósito do seu projeto para o Palácio Real de Campolide, «grande e nobre», que afirmou ter visto em sua casa, em Roma. Apesar de o conhecer bem, Cirilo não dá qualquer indicação sobre o período da sua estadia em Lisboa, referindo apenas que trabalhou na Casa do Risco como «ajudante de Eugénio dos Santos», e que «aqui falava com alguma liberdade contra o Marquês de Pombal, e teve por isso de fugir para escapar da prisão». Mencionou ainda o seu casamento com uma portuguesa (Machado 1823: 191, 192). Talvez pouco preocupado com o rigor das informações, Luigi Mariani, o biógrafo italiano de Antinori, acrescentou novos dados: teria sido preso em 1757 por ordem do ministro de D. José, acusado de traição, tendo escapado graças à intervenção da filha do carcereiro, Josefa Luísa Lopes da Cunha, com quem viria a casar, regressando a Roma em 1759. Embora o motivo imediato da sua prisão apontado por Mariani seja improvável (o futuro marquês teria testado a sua fidelidade, obrigando-o a inventar uma máquina que decapitasse vários jesuítas ao mesmo tempo...) (Mariani 1893: 1, 2), estudos mais recentes apontaram para que a sua saída forçada de Portugal se tivesse inserido no corte de relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé em 1760, a seguir à expulsão dos jesuítas (Giontella 2013: 25, 26, 77). Ora, pelo menos

na Páscoa de 1762 ainda estava em Lisboa, como provam os róis de confessados do Loreto.

Já em Roma, ainda trabalhou para Portugal, desenhando o catafalco para os aparatos fúnebres de D. Pedro III, montado em 1786 na igreja de Santo António, em Roma (Ferreira-Alves 2001). Viria a falecer em Roma, a 24 de junho de 1792, nomeando herdeira universal sua mulher, Josefa Luísa. No testamento, redigido um ano antes, Antinori referiu todo o apoio dela recebido durante as [suas] «peripécias de Lisboa», tendo ela «voluntaria e espontaneamente sacrificado todo o seu pingue património» para lhe devolver «a liberdade, a saúde e talvez mesmo a vida» (Giontella 2013: doc. 6, 142-144).

Embora a nossa informação documental possa ajudar a esclarecer a data real da partida de Antinori do nosso país, não encontramos outras referências que nos permitam associá-lo ao arquiteto italiano que riscou o palácio pequeno da Anunciada. Contudo, a sua formação romana, a sua atividade na Casa do Risco das Obras Públicas (onde privou com o arquiteto das «casas grandes» da Anunciada) e a sua presença na igreja do Loreto na Páscoa de 1762 (onde é referido como «romano»), são coincidências que dão que pensar.

Reinaldo Manuel dos Santos, o arquiteto contratado pelo morgado de Oliveira para realizar o projeto das casas nobres da Anunciada, era filho de sapateiro e lisboeta de Alfama, onde foi batizado a 16 de dezembro de 1731 na igreja de S. João da Praça. Aprendeu o ofício de canteiro nas reais obras de Mafra, onde a sua manifesta habilidade o fez transferir rapidamente para a «Caza de aprender a Riscar». Admitido como ajudante de Eugénio dos Santos na Casa do Risco de Lisboa, a seguir ao terramoto, colaborou nos vários projetos de reconstrução da capital. Após a morte de Carlos Mardel, em 1763 assumiu a direção da Casa do Risco, em 1770 tornou-se arquiteto das Obras Públicas e em 1772 primeiro arquiteto das Águas Livres. Em 1775 recebeu o hábito da Ordem de Cristo, mercê régia concedida pela sua participação no risco do pedestal da estátua equestre de D. José. Quando faleceu, em dezembro de 1791, era sargento-mor de Infantaria, com exercício de engenheiro. Entre as suas obras, destacam-se os projetos do Passeio Público e da igreja dos Mártires, em Lisboa, e a planta e os desenhos arquitetónicos de Vila Real de Santo António (Correia 1989: 438-441).

Cirilo Volkmar Machado revelou nas suas *Memórias* interessantes facetas da personalidade de Reinaldo Manuel, que considerou «mais

Cortezão» que os seus colegas de ofício e com «maneiras agradáveis e insinuantes» que «juntava a huma figura vantajosa», características que o terão ajudado a «captar a benevolencia do Primeiro Ministro» (Machado 1823: 201, 202).

A escolha do seu nome para riscar o projeto das «casas grandes da Anunciada» está naturalmente associada ao apreço que por ele tinha o marquês de Pombal, sogro do morgado de Oliveira. Desde a morte de Carlos Mardel, Reinaldo Manuel dos Santos passara a ser o arquiteto responsável pelas várias obras de Sebastião José de Carvalho e Melo, no seu palácio e na quinta de Oeiras, nos prédios que tinha em construção na cidade de Lisboa e na «barraca» em que vivia no alto da Ajuda⁽¹⁷⁾.

Reinaldo Manuel terá certamente assistido o morgado de Oliveira nas decisões tomadas em inícios de 1771 sobre a demolição das ruínas do antigo palácio e a construção de um novo edifício «fabricado de novo desde os alicerces» e alinhado com as restantes edificações da rua. A obra do novo Passeio Público, por ele projetado em 1764, e então ainda em curso, veio aliás permitir diminuir o custo da obra da Anunciada, como reconheceu João de Saldanha na *Promemoria*, já que o mesmo recebeu «toda a terra que das Obras particulares se lhe mandava, para com ellas altear o Terreno que antes havia por baixo servido de Ortas» (ANTT, AMRM, livro 77, fl. s.n).

O projeto de Reinaldo Manuel dos Santos terá sido integralmente seguido para evitar despesas adicionais. Embora reconhecendo a qualidade do projeto das «casas pequenas», cujo elaborado portal pensou replicar, a escolha do morgado de Oliveira foi guiada pelo menor dispêndio e maior rapidez do projeto que acordou com o arquiteto. Deste acordo resultou um edifício funcional, idêntico a tantos outros riscados por Reinaldo Manuel dos Santos e pelos seus colegas da Casa do Risco, com a utilização de elementos estandardizados – dos vãos das portas e janelas aos ferros das sacadas – como tantos outros que ainda hoje ilustram a Lisboa pombalina (França 1983).

Como único elemento diferenciador assinala-se o desenho invulgar dos dois portais do palácio Rio Maior, com as suas bandeiras trapezoidais

(17) Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, *Arquivo Pombal*, Livro de Receita e Despesa da Casa Pombal (1770/1772), fls. 128, 180, 181; Livro de Receitas e Despesas Gerais da Casa Pombal (1773/1774), fls. 71, 72; Livro de Receita e Despesa da Casa do marquês de Pombal (1775 e 1776), fl. 115.

sem qualquer decoração, que se diriam pouco adequados à frontaria de uma casa nobre⁽¹⁸⁾. Mas a sua simplicidade, e até a ausência de uma pedra de armas na frontaria, quase parece intencional – num testemunho para a posteridade da personalidade do homem que esteve por trás da criação da «casa nobre» da Anunciada, João de Saldanha Oliveira e Sousa, o primeiro conde de Rio Maior.

Fontes

Fontes documentais

Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto (AINSL). *Livro 4º da desobrigação do preceito anual da Quaresma da Nação Italiana, e pessoas que seus privilégios gozaram nesta Paroquial Igreja de Nossa Senhora do Loreto.*

« — » *Livro 4º de Batismos.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). *Arquivo Distrital de Lisboa (ADL), Freguesia da Encarnação, livro 14º de Batismos. Freguesia de S. José, livro 9º de Óbitos.*

« — » *Arquivo dos Marqueses de Rio Maior (AMRM), livros 77, 113, 123, 134, 150 e 300; caixas 71-nº 4, 73-nº 1; maços 18-nº 16, 18-nº 21, 19-nº 30, 44-nº 37, 44-nº 39, 85-nº 3, 85-nº 4, 85-nº 5, 85-nº 7, 95-nº 11.*

« — » *7º Cartório notarial de Lisboa, ofício A, livro 581, cx. 96.*

« — » *Casa Real, caixas 3127 e 3129.*

« — » *Feitos Findos, Inventários post-mortem, letra J, maço 435, n.º 32.*

« — » *Junta do Comércio, Fábricas, livro 429.*

« — » *Real Fábrica das Sedas, livro 387.*

(18) O mesmo não se poderá dizer do portal do palacete da Quinta do Sampaio, em Santana, Sesimbra, pertencente a António de São Paio Melo e Castro Moniz Torres de Lusignano (1720/1803), 1º conde de São Paio, casado com a filha mais velha dos marqueses de Pombal, e portanto cunhado do morgado de Oliveira. Com uma bandeira trapezoidal semelhante, realizada em 1771 por Joaquim de Oliveira (1733/1803), arquiteto da Casa do Risco, o portal tem outra grandiosidade, que lhe é conferida pelas cantarias esculpidas e pelo frontão de remate do corpo em que se insere, com as armas da família no tímpano (ANTT, 7º cartório notarial de Lisboa, ofício A, livro 581, cx. 96, fls. 98-99vº – informação que agradeço a Rui Mesquita Mendes). Na origem deste invulgar desenho estará o portal da Portaria do convento de Santa Clara-a-Nova, de Carlos Mardel, como bem me assinalou Luísa Trindade.

- Biblioteca do Arquivo do Exército, Lisboa. Sales, padre Ernesto (1925). *Descrição do teto da antiga biblioteca do convento dos Paulistas*. Catálogo – Inventário do Ministério da Guerra (anotação manuscrita no exemplar existente nesta biblioteca).
- Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados. *Arquivo Pombal*: Livro de Receita e Despesa da Casa Pombal (1770/1772); Livro de Receitas e Despesas Gerais da Casa Pombal (1773/1774); Livro de Receita e Despesa da Casa do marquês de Pombal (1775 e 1776).

Fontes impressas

- Machado, Cirilo Volkmar (1823). *Collecção de Memórias relativas às vidas dos Pintores e Escultores, Architectos e Gravadores Portuguezes e dos estrangeiros que estiverão em Portugal (...)*. Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva.
- Mariani, Luigi (1893). “Joannes Antinori, Camers”, *L'appennino. Gazzetta Camerinese*, XVIII, 24.

Bibliografia

- Castilho, Júlio de, Silva, Augusto Vieira da (1967). *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*. Vol. IV, 3ª ed.. Lisboa: Câmara Municipal, 263, 264, nota 2.
- Correia, José Eduardo Horta (1989). “Reinaldo Manuel dos Santos”, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Ed. Presença, 438-441.
- Cunha, Miguel Gorjão-Henriques (2011/2012). “Por linhas direitas (1): em volta de Carvalhos, de Carvalhos Magalhães e da rua Formosa – genealogias várias”, *Armas e Troféus*, IX série, 97-267.
- Ferreira-Alves, Joaquim Jaime (2001). “Cerimónias Fúnebres de D. Pedro III (1786)”, in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 440-455.
- França, José-Augusto (1983). *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand Ed..
- Franco, Carlos José de Almeida (2014). *Casas das Elites de Lisboa. Objectos, Interiores e Vivências (1750/1830)*. Tese de doutoramento em Estudos do Património. Porto: Escola das Artes, Universidade Católica.
- « — » (2024). *A Anunciada. De Palácio a Hotel*. Lisboa: Scribe.

- Giontella, Valeria (2013). *O Arquitecto Giovanni Antinori. Vida e Obra de um arquitecto que trabalhou em Lisboa no século XVIII (Relações culturais e artísticas entre Lisboa e Roma no século XVIII)*. Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Marques, Maria da Luz Vasconcelos e Sousa Paula (1995). “Luiz Chiari: mestre entalhador, estucador, cenógrafo e arquitecto em Portugal (1798/1837)”, *Revista MUSEU*, 4, IV série.
- Matos, Lourenço Correia de, Crespo, Hugo (2024). *Cena de interior com grupo familiar da Casa dos marqueses de Pombal*. <https://veritas.art/lot/cena-de-interior-com-grupo-familiar-da-casa-dos-marqueses-de-pombal-1739490948/> (consultado a 26.09.2024).
- Mendonça, Isabel Mayer Godinho (2014). “Estucadores do Ticino na Lisboa joanina”, in *Cadernos do Arquivo Municipal. Lisboa joanina (1700/1755)*, 1, 2ª série. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 185-220.
- « — » (2020). “Estuques Decorativos em Portugal e a divulgação do Rococó”, *ARTIS. Revista de História da Arte e Ciências do Património*, 7/8, 2ª série. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 106-113.
- « — » (2021). “De Viana para Lisboa: os estuques românticos da oficina de Rodrigues Pita e Domingos Meira”, in *Estuques e estucadores de Viana do Castelo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 78-115.
- « — » (no prelo). “Estuques setecentistas em Lisboa: o “fenómeno lугanês””, in *Tempos e Espaços do Barroco*. Arcos de Valdevez: Municípios de Arcos de Valdevez e de Vila Nova de Foz Côa.
- Rodrigues, Martinho Vicente (2014). *Saldanhas. Condes e Marqueses de Rio Maior*. Santarém: Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão.
- Silva, Raquel Henriques da, Elias, Margarida (2021). “A Praça de Touros do Campo Pequeno nas Avenidas Novas de Lisboa”, *Conservar Património*, 37, 44-56. <https://doi.org/10.14568/cp2020005> (consultado a 20.09.2024).